

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE VARIANTE 2 LOTE 7 - Bairro CAPUCHO - CEP 49800-000 - Aracaju - SE - http://www.tre-se.jus.br

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

IA 23 - VERSÃO 4 - ANEXO 1

ATENÇÃO: Encaminhar esta solicitação à SAO com o comprovante do valor estimado (orçamento, nota de empenho, contrato ou nota fiscal) e os documentos exigidos conforme a forma de contratação

UNIDADE SOLICITANTE

Sigla da Unidade	Responsável pela Unidade	Ramal		
EJESE	Lídia Cunha Mendes de Matos	9087		

DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL / OBRA / SERVIÇO

ATENÇÃO: 1. Incluir ou excluir linhas de acordo com o número de itens / 2. Indicar pelo menos três fornecedores/prestadores por item / 3. Para solicitação de suprimento aberto, registrar em "ESPECIFICAÇÃO" o valor, o elemento de despesa e o nome e CPF do suprido. Também preencher o campo "JUSTIFICATIVA".

<u> </u>				
ITEM	CÓDIGO SIASG (catmat ou catser)	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1		Contratação de Capacitação e Treinamento "Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados na Justiça Eleitoral", ministrado pela Professora Samara Castro, com carga horária de 4 horas, a ser realizado nos dias16 e 17/08, das 8h às 10h, através da plataforma zoom.	1	1

FORNECEDOR/PRESTADOR	TELEFONE	E-MAIL
ITEM 1		
1. POLEN MIDIATECH	21 990776464	SAMARACASTRO@POLENMIDIATECH.COM.BR
2.		
3.		

VALOR ESTIMADO: 2.000,00 (Dois mil reais)

PRAZO PARA ENTREGA/FORNECIMENTO: 17/08/2021 (último dia de aula)

CONTRATAÇÃO

JUSTIFICATIVA (preencher cada tópico separadamente):

- 1. Finalidade: Promover a capacitação dos servidores acerca da Lei Geral de Proteção de Dados, principalmente no que tange ao tratamento dos dados sensíveis.
- 2. Necessidade: Considerando que a Lei Geral de Proteção de Dados entrou em vigência e que a Justiça Eleitoral lida com muitos dados sensíveis dos cidadão, faz-se necessário capacitar os servidores a respeito da mesma. O objetivo é apresentar aos servidores participantes reflexões sobre a Lei de Proteção de Dados nº13.709/2018, Proteção de Dados Pessoais, Aspectos Jurídicos da LGPD, Critérios Técnicos e Operacionais, Gestão de Dados Pessoais pela Justiça Eleitoral entre outros temas relevantes sobre o assunto.
- Benefícios para a Instituição: A capacitação nesse tema proporcionará o conhecimento das exigências da LGPD, especialmente no tratamento de dados sensíveis, evitando que dados pessoais sensíveis sejam divulgados de forma incorreta.

FORMA DE CONTRATAÇÃO (se necessário, consultar a COMAC):

Através de Inexigibilidade de licitação, amparada no art 25,II c/c art 13,VI da Lei 8.666/93. Por importante, cumpre designar trecho da Decisão nº 439/98 do Tribunal de Contas da União, sob a relatoria do Ministro Adhemar Paladini Ghisi:

- "1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeicoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93"
- "9. A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justica e a qualidade social. Nesse sentido, defendo a posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim, desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador." (Fonte: DOU nº 145-E, de 31.7.98).

O curso será ministrado pela instrutora Samara Castro, especialista em direito eleitoral, Advogada com atuação nas áreas de Direito eleitoral e Partidário, Vice-Presidente da Comissão de Proteção de dados da OAB/RJ, Membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/RJ, Membro da ABRADEP, que ministrou treinamentos similares em diversos órgãos, como TRE/PA, conforme especificado no curriculum e documentos anexos (1066130), (1066131), (1066185).

Valor da Contratação: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Participantes: até 120 servidores.

Carga Horária Total: 4 horas, sendo 2h por dia, nos dias 16 e 17/08.

Modalidade: Ensino à distância (EAD) através de aulas síncronas transmitidas através da plataforma Zoom.

Com o objetivo de demonstrar a notória especialização da Contratada no tema em questão, segue anexo, nota de empenho e atestado de capacidade técnica de treinamento similar, realizados no TRE/PA (1066185) (1067066) com valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) instrutor/hora, ministrado pela mesma instrutora.

Após análise da proposta apresentada e diante das informações especificadas acima, fica demonstrada a notória especialização da instrutora e que o valor apresentado a este Tribunal está compatível com o aplicado no mercado.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO (indicação do macrodesafio e da iniciativa ou indicador estratégico, se for o caso): Garantia dos Direitos da Cidadania

APRESENTA CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL?	SIM		NÃO	Х
INTEGRA O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO?	SIM		NÃO	Х
A CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTA NO ORÇAMENTO?	SIM	Х	NÃO	

OBSERVAÇÕES:

PREENCHER APENAS SE A DESPESA NÃO CONSTAR DO ORÇAMENTO

ATENÇÃO: Neste caso, encaminhar a solicitação ao Diretor-Geral

JUSTIFICATIVA	(motivo	da	não	programação	orçamentária):

INDICAR RECURSO DO ORÇAMENTO A OFERECER, SE FOR O CASO:



Documento assinado eletronicamente por LIDIA CUNHA MENDES DE MATOS, Analista **Judiciário**, em 13/08/2021, às 12:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php? 👫 acao=documento_conferir&id_orgao_acesso externo=0 informando o código verificador 1066530 e o código CRC 6D5CF37D.

0014129-32.2021.6.25.8000

1066530v15